CONTRATO Nº 230/2026

DISPENSA N° 26/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4199/2026

Contratação direta de pessoa jurídica com atividades econômicas compatíveis e com capacidades operativas aptas a oferecer os serviços de elaboração de normativo próprio para definição de princípios, regras e instrumentos do governo digital municipal, com foco no aumento da eficiência da gestão municipal; acompanhamento e orientação na definição de estratégia – objetivo(s), recursos e escolhas – e efetiva elaboração de plano de ação para se garantir, no âmbito do Poder Executivo, a desburocratização, a inovação, a transformação digital e a participação do cidadão nas solução dos problemas municipais; contemplando as atividades de realização do diagnóstico e normatização, orientação e formulação estratégica, elaboração do plano de ação e inovação e a ampliação da participação do cidadão nas questões do governo municipal, celebrado entre o Município de Pedro II e a Empresa Ipdaci - Instituto Piauiense De Desenvolvimento, Assessoria, Consultoria E Promoção De Inovação Ltda, na forma abaixo.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PEDRO II/PI, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com sede na Praça Domingos Mourão Filho, 345, Centro, Pedro II – PI, inscrita no CNPJ Nº. 06.553.929/0001-24, neste ato representado pelo Sr. Secretario Municipal o Sr. Osmar Santos Getirana, CPF nº. CPF: 052.203.343-10.

CONTRATADA: IPDACI - INSTITUTO PIAUIENSE DE DESENVOLVIMENTO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROMOCAO DE INOVACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.859.630/0001-00, com sede na Rua Senador Cândido Ferraz, 1250, Sala 1008, Edifício The Office Tower, Jóquei Club, Teresina, Piauí, CEP 64.049-250; neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Maria Inês Mendes e Silva, CPF. 733.764.263-68.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente contrato de Contratação direta de pessoa jurídica com atividades econômicas compatíveis e com capacidades operativas aptas a oferecer os serviços de elaboração de normativo próprio para definição de princípios, regras e instrumentos do governo digital municipal, com foco no aumento da eficiência da gestão municipal; acompanhamento e orientação na definição de estratégia – objetivo(s), recursos e escolhas – e efetiva elaboração de plano de ação para se garantir, no âmbito do Poder Executivo, a desburocratização, a inovação, a transformação digital e a participação do cidadão nas solução dos problemas municipais; contemplando as atividades de realização do diagnóstico e normatização, orientação e formulação estratégica, elaboração do plano de ação e inovação e a ampliação da participação do cidadão nas questões do governo municipal, conforme a Dispensa N° 026/2026, regulado pelos preceitos de direito

público, especialmente pela Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação direta de pessoa jurídica com atividades econômicas compatíveis e com capacidades operativas aptas a oferecer os serviços de elaboração de normativo próprio para definição de princípios, regras e instrumentos do governo digital municipal, com foco no aumento da eficiência da gestão municipal; acompanhamento e orientação na definição de estratégia – objetivo(s), recursos e escolhas – e efetiva elaboração de plano de ação para se garantir, no âmbito do Poder Executivo, a desburocratização, a inovação, a transformação digital e a participação do cidadão nas solução dos problemas municipais; contemplando as atividades de realização do diagnóstico e normatização, orientação e formulação estratégica, elaboração do plano de ação e inovação e a ampliação da participação do cidadão nas questões do governo municipal, conforme especificações e constantes da Dispensa N° 026/2026.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA MÃO DE OBRA

O Contratado executará os serviços às suas próprias expensas conforme proposta apresentada pelo CONTRATADO, no processo acima indicado, que faz parte deste contrato, podendo subcontratar trabalhadores que possuirão vínculo empregatício para consigo, sem qualquer responsabilidade para a Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO MATERIAL

Todo material necessário para a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, será de inteira responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O Valor do Contrato é de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução dos serviços a importância de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), conforme proposta apresentada, mediante apresentação da NOTA FISCAL e RECIBO em quatro vias, devidamente atestada pelo setor responsável pelos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA LEGALIDADE

As despesas decorrente do presente contrato correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal, a saber:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJ. ATIVIDADE	ELET. DE DESPESA	FONTE RECURSO
04.122.0002.2009.0000	2009	339039	500

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o disposto no Art. 107, da Lei 14.133/2021, mediante Termo Aditivo, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente. O prazo para início da execução se iniciará a partir do 5º dia após o recebimento da Autorização da Ordem de Serviços (OS).

Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura.

A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial dos Municípios e da União e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O prazo de execução dos serviços será de 90(Noventa dias) a contar da data do recebimento da ordem de serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO E TÉRMINO DO CONTRATO

O presente Contrato se extingue com o termo final disposto na Cláusula Quarta, salvo se houver prorrogação, mas poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse de qualquer uma das partes, mediante a emissão de aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, com prova de recebimento, ou no caso de ocorrer entendimento pela não obrigatoriedade de prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS OUTROS CASOS DE RESCISÃO

Haverá, ainda, rescisão do presente contrato, a critério da parte interessada, na ocorrência:

a) de inadimplemento;
b) desobediência à Cláusula Sexta;
c) impossibilidade ou recusa do CONTRATADO em dar continuidade na realização dos serviços;
d) na hipótese de transferência da execução deste contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
f) na ocorrência de qualquer motivo previsto na Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos de rescisão, previstos nesta cláusula, serão observados os procedimentos previstos na Lei 14.133/21, no que couber sua aplicação.

CLÁUSULA SEXTA – CLÁUSULA DERROGATIVA

O Contratado se obriga a manter, durante a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, será comunicado, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após a ocorrência, pela parte prejudicada à infratora, a fim de que esta providencie a devida regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a não regularização implicará na imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA inadimplente, total ou parcialmente, ficará sujeita às sanções legais, a saber:

a) advertência;
b) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado do prazo, além de receber multa de 10% calculados sobre o valor do contrato;

c) impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, cumulativamente ou não, qualquer das medidas acima, a seu critério, não obstando que o contrato seja rescindido.

CLÁUSULA NONA – DO FISCAL DE CONTRATO

O fiscal do Contrato é Sara Sousa dos Santos, CPF Nº. 105.619.083-38, portaria nº. 13/2025 de 25 de agosto de 2025.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 124, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, será Proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente.

O reequilíbrio econômico-financeiro não possui data-base para ocorrer, não exige a fluência de prazo mínimo de transcurso contratual e nem pode retroagir, senão, até o mês da data do protocolo do respectivo pedido.

A resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando ocorrer, será concedida no prazo máximo de 01 (um) mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO

Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data do orçamento, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E SEGUROS

A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, cobertura de ferimentos corporais ou morte sofrida por terceiros (inclusive pessoal da CONTRATANTE) e perdas ou danos à propriedade que ocorram em ligações com o fornecimento e implantação dos serviços, em decorrência de sua execução ou danos advindos de qualquer comportamento de seus

empregados em serviço, objeto do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

A CONTRATADA será a única responsável por eventuais danos e prejuízos causados ao meio ambiente, correndo por sua conta e risco, todas as licenças relacionadas ao assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

O presente instrumento obriga as partes contratantes e seus sucessores, quando for o caso, que respondam pelo seu integral cumprimento.

As relações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-ão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, os quais deverão ser imediatamente confirmados.

Toda e qualquer alteração no conteúdo ou objeto deste contrato deverá ser processada de comum acordo entre as partes, sendo oficializada através do correspondente Termo Aditivo.

Os casos omissos deverão ser resolvidos observando o disposto na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer dúvida ou questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Comarca de Pedro II, com renúncia e exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Pedro II (PI), 16 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
OSMAR SANTOS GETIRANA
Data: 22/10/2026 12:41:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MUNICIPIO DE PEDRO II/PI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ Nº. 06.553.929/0001-24,

Osmar Santos Getirana

Secretario Municipal

CPF nº. CPF: 052.203.343-10

CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA INES MENDES E SILVA
Data: 19/10/2026 16:02:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ipdaci - Instituto Piauiense de Desenvolvimento, Assessoria, Consultoria e Promoção de Inovação Ltda

CNPJ/MF sob o nº 61.859.630/0001-00

Maria Inês Mendes e Silva

CPF. 733.764.263-68

CONTRATADA